



# 1º TRIMESTRE 2021

*Valores acumulados*

PAO 2021-2023 aprovado por Despacho conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, em 2 de julho 2021.



## Índice

<b>Sumário Executivo .....</b>	<b>2</b>
<b>1. Atividade Operacional.....</b>	<b>3</b>
1.1. Procura .....	3
1.2. Oferta .....	4
1.3. Receitas .....	4
<b>2. Gestão Económica e Financeira .....</b>	<b>5</b>
2.1. Análise de Balanço .....	5
2.2. Síntese de Resultados .....	8
2.3. Fluxos de Caixa .....	10
2.4. Modelo de Financiamento .....	11
2.5. <i>Stock</i> da Dívida .....	11
<b>3. Cumprimento das Orientações Legais .....</b>	<b>12</b>
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	12
3.2. Frota Automóvel .....	13
3.3. Prazo Médio de Pagamentos .....	13
3.4. Evolução do Efetivo .....	14
3.5. Limites de Endividamento Bancário .....	14
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado .....	15
<b>4. Plano de Investimento .....</b>	<b>15</b>
<b>5. Análise dos principais desvios .....</b>	<b>17</b>
<b>6. Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>18</b>
6.1. Balanço.....	18
6.2. Demonstração de Resultados .....	19

## Sumário Executivo

O presente relatório descreve a execução orçamental até ao final do 1.º trimestre de 2021, fazendo uma comparação detalhada com o orçamento (revisado em março) para o mesmo período, assim como com o período homólogo do ano anterior.

O PAO 2021 foi submetido em SIRIEF no mês de março, após reformulação, conforme análise da UTAM, tendo sido aprovado por Despacho conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, em 2 de julho 2021.

No global, verifica-se que o impacto das medidas de contenção da COVID-19, foi superior ao esperado na atividade do ML, com desvios significativos, quer a nível da procura, quer a nível da receita de venda de títulos ocasionais e passes.

Verificou-se um decréscimo na procura de -70,6% dos passageiros com título pago (-25,4 milhões de passageiros), comparativamente com o período homólogo, originando um decréscimo da receita tarifária (incluindo participações) em -65,1% (-16,4M€).

O resultado operacional reflete o decréscimo da receita, atingindo -13,1M€, o que implica uma variação negativa de 7,3M€.

Os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma variação negativa de 19,0%, com menos 1,3 milhões de carruagens x km, decorrente das medidas de contenção da COVID-19, impondo confinamento e limitações à circulação, com impacto direto na utilização de transportes públicos, nomeadamente na redução da lotação.

# 1. Atividade Operacional

## 1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	10 570 142	35 940 720	10 303 674	-25 370 578	-70,6%	266 468	2,6%
Passageiros x km	56 239 891	188 798 283	54 628 270	-132 558 392	-70,2%	1 611 622	3,0%
Receitas totais (s/ IVA)	8 823 461 €	25 252 767 €	10 143 058 €	-16 429 306	-65,1%	-1 319 597	-13,0%
Receita média por passageiro	0,83 €	0,70 €	0,98 €	0,13 €	18,8%	-0,15	-15,2%

Fonte: DCL/DMS 020/1566292 (CIDS) | PAO 2021-2023 (DFI)

Para a análise da procura ao mês de março, importa salientar:

- O Governo continuou a seguir a mesma política de aplicação de medidas quinzenais para contenção do Covid-19, com recomendações de isolamento social e de confinamento, divulgadas desde o início de março de 2020.
- A 22 de janeiro de 2021, as escolas encerraram, pelo cumprimento do Decreto n.º 3-C/2021.
- No mês de fevereiro, todos os estabelecimentos de ensino continuaram encerrados, cumprindo o Decreto n.º 3-C/2021 de 22 de janeiro;
- A 15 de março, o Governo deu início ao programa de desconfinamento, tendo numa primeira fase a abertura das seguintes atividades:
  - Creches, jardins-de-infância e 1.º ciclo;
  - Comércio ao postigo;
  - Cabeleireiros, manicuras e similares;
  - Livrarias, comércio automóvel, mediação imobiliária;
  - Bibliotecas e arquivos.
- A 17 de março, renovação do Estado de emergência. Proibição de circulação entre concelhos de 26 de março a 05 de abril, por forma a evitar a circulação excessiva de pessoas durante o período da Páscoa.
- Em março de 2020, deu-se início às Medidas de contenção do Covid-19, com recomendações de isolamento social e de confinamento, procedendo o ML à abertura dos canais de validação (desde o dia 17 de março, às 15 horas);

Os factos apontados anteriormente originaram um decréscimo na procura de -70,6% dos passageiros com título pago, comparativamente com o período homólogo.

As medidas de contenção da COVID-19, divulgadas a nível nacional, originaram impactos significativos na procura, sentidos desde março/2020.

A redução do preço dos passes, iniciada a 1 de maio de 2019, tem conduzido a uma transferência de passageiros com títulos ocasionais para os novos títulos. A este efeito, juntaram-se no período em análise, as medidas descritas anteriormente, que conduziram a uma menor mobilidade e a uma redução drástica do turismo na cidade de Lisboa, o que teve como consequência um decréscimo ainda mais acentuado nos Títulos Ocasiais. Deste modo, e apesar das quebras serem generalizadas quando comparadas com o mês homólogo, estas foram superiores nos Títulos ocasionais (-78,0%), face aos Passes (-69,1%).

Verifica-se um desvio de +2,6% nos dados de procura, nomeadamente de passageiros com título pago, face aos valores estimados no PAO 2021.

## 1.2. Oferta

Quadro 2 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	5 611 801	6 928 121	7 201 436	-1 316 320	-19,0%	-1 589 635	-22,1%
Lugares x km	718 310 558	886 799 533	921 783 808	-168 488 975	-19,0%	-203 473 250	-22,1%
Comboios x km	1 206 647	1 260 185	1 302 312	-53 538	-4,2%	-95 665	-7,3%

Fonte: DOP/DMS 020/1566292 (CIDS) | PAO 2021-2023 (DFI)

Decorrente da situação conjuntural, conforme descrito anteriormente, os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma variação negativa de 19,0% e um desvio negativo face ao estimado de -22,1%, resultante da adaptação da oferta à procura.

## 1.3. Receitas

Quadro 3 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias <sup>1</sup>	7 221 525 €	23 052 874 €	7 121 497 €	-15 831 349	-68,7%	100 028	1,4%
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	892 275 €	856 883 €	892 577 €	35 392	4,1%	-302	0,0%
Pagamento por conta (PART)	709 661 €	1 343 010 €	2 128 984 €	-633 348	-47,2%	-1 419 323	-66,7%
<b>Receitas tarifárias (inclui participações)</b>	<b>8 823 461 €</b>	<b>25 252 767 €</b>	<b>10 143 058 €</b>	<b>-16 429 306</b>	<b>-65,1%</b>	<b>-1 319 597</b>	<b>-13,0%</b>
Pagamento por conta (COVID) <sup>2</sup>	3 364 832 €	0 €	6 735 943 €	3 364 832	-	-3 371 111	-50,0%

<sup>1</sup> Bilhetes e Passes

<sup>2</sup> O pagamento por conta ("COVID") é considerado subsídio à exploração, não sendo considerado no cálculo do volume de negócios.

Fonte: SAP/Fl e PAO 2021-2023 (DFI)

A receita regista uma variação negativa de 16,4M€. No 1.º trimestre de 2020 a pandemia ainda não se fazia sentir da forma como se verificou a partir de março, impondo confinamento e limitações à circulação com impacto direto na utilização de transportes públicos, nomeadamente na redução da lotação. Verifica-se um desvio negativo de 1,3M€, devido a recebimento do PART inferior ao previsto; esta compensação é ajustada pela AMT ao longo do ano.

## 2. Gestão Económica e Financeira

### 2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ / PAO	
	1.º TRIM 2021	31.DEZ 2020	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5.556.718.149 €	5.591.500.051 €	5.603.951.068 €	-34.781.901 €	-0,6%	-47.232.918 €	-0,8%
Ativo Corrente	106.513.165 €	104.959.596 €	144.283.398 €	1.553.568 €	1,5%	-37.770.234 €	-26,2%
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.663.231.314 €</b>	<b>5.696.459.647 €</b>	<b>5.748.234.466 €</b>	<b>-33.228.333 €</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-85.003.152 €</b>	<b>-1,5%</b>
Capital Próprio	1.515.608.709 €	1.504.768.883 €	1.555.385.594 €	10.839.826 €	0,7%	-39.776.885 €	-2,6%
Passivo não Corrente	2.396.915.073 €	2.455.675.724 €	2.224.612.238 €	-58.760.650 €	-2,4%	172.302.835 €	7,7%
Passivo Corrente	1.750.707.532 €	1.736.015.040 €	1.968.236.634 €	14.692.491 €	0,8%	-217.529.102 €	-11,1%
<b>Capital Próprio e Passivo</b>	<b>5.663.231.314 €</b>	<b>5.696.459.647 €</b>	<b>5.748.234.466 €</b>	<b>-33.228.333 €</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-85.003.152 €</b>	<b>-1,5%</b>

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

#### Principais variações no Balanço, face a 31 de dezembro de 2020:

##### Ativo não Corrente

- ILD
  - Imobilizações em curso +10,4 M€;
  - Estado-Conta a Receber -45,2 M€:
    - Variação de instrumentos financeiros (Justo valor) ILD -76,1M€;
    - Imputação de encargos financeiros +30,9M€.

Nota: O lançamento contabilístico relativo ao F. Coesão não se encontra refletido em sistema SAP FI, com a imputação a Estado – Subsídios – Gestão infraestrutura, tendo sido regularizado a junho/2021, passando este a ser assegurado mensalmente, face aos recebimentos mensais.

- Outros instrumentos financeiros - potencialmente favoráveis-ILD +3,3M€

- ML
  - Amortizações acumuladas -3,6 M€;

##### Ativo Corrente

- Clientes: +0,7 M€;
- Estado e outros entes públicos: -0,6 M€;
- Outras contas a receber: +0,7 M€;
- Diferimentos: -0,8 M€
- Caixa e Depósitos bancários: +1,5 M€.

##### Capital próprio

- Incorporação das transferências da DGTF em Dotação de Capital: 22,5M€;
- Resultados transitados: -57,1 M€;
- Outras variações no capital próprio: -8,2 M€

Nota: O lançamento contabilístico relativo ao F. Coesão não se encontra refletido no sistema, com a imputação a Estado – Subsídios – Gestão infraestrutura, tendo sido regularizado a junho/2021, passando este a ser assegurado mensalmente, face aos recebimentos mensais.

- Variação no Resultado Líquido: +37,3 M€.



Passivo não Corrente

- ILD
  - Aumento de 18,7 M€ em financiamentos obtidos da DGTF para fazer face a encargos financeiros;
  - Redução de 72,7 M€ em Outros Ativos Financeiros, decorrente do justo valor associado a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ILD.
- ML
  - Aumento de 2,3 M€ em financiamentos obtidos da DGTF para fazer face a encargos financeiros;
  - Derivados: -6,5 M€, por aumento de justo valor em instrumentos financeiros;
  - Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -0,6 M€.

Passivo Corrente

- Decréscimo no passivo corrente relacionado com ILD, pela amortização de financiamentos concedidos pelo BEI (-14,1 M€), pelo aumento de juros a liquidar (+11,7 M€), aumento de valores a pagar a fornecedores de investimento (+1,9 M€);
- Acréscimo de 18,3 M€ relativo a financiamentos obtidos para cobertura de défice operacional;
- Decréscimo de 2,4 M€ em outras contas a pagar
  - +0,2 M€ Adiantamento de clientes (OTLIS)
  - -0,7 M€ Fornecedores de investimento
  - -0,7 M€ Credores por acréscimo de gastos
  - -0,9 M€ Outros credores

**Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 1.º Trimestre:**Ativo não Corrente

- Desvio de -65,9 M€ em ILD:
  - Investimento em Ativos fixos tangíveis -8,3 M€: -12,3 M€ em Edif. Out. Construções, com maior peso no projeto Rato/C.Sodré, +4,0 M€ Equip. Básico;
  - Imobilizações em curso -2,5 M€
  - Variação da conta de *Estado – Conta a Receber*, por via do impacto das variações do *mark-to-market (MtM)* - 57,9 M€;
  - Imputação de subsídio ao investimento -2,8 M€;
  - Outros ativos financeiros: +3,3 M€;
  - Clientes: +2,0 M€ (multa contratual).
- Desvio negativo de 11,1 M€ em ativos fixos tangíveis ML, com especial incidência no projeto de modernização das linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante e Sinalização) que não teve realização no 1.º trimestre;
- Desvio de +30,3 M€ em participações financeiras, pela imputação do valor residual do *leasing* de material circulante, inicialmente considerado em investimento.

Ativo Corrente

- Inventários: desvio positivo de 3,0 M€, essencialmente por reclassificações e regularizações de existências;
- Desvio de -53,7 M€ em Outras contas a receber, por imputação de perda por imparidade do valor residual do *leasing* do TREM I (50,0 M€), que no orçamento estava imputado a investimento; -4,9 M€ relativos a valores a regularizar - títulos de transporte, não realizados.



- Desvio positivo de 12,9 M€ em caixa e depósitos bancários
  - Recebimento F. Coesão +8,5 M€;
  - DO-IGCP-F. Ambiental – Modernização: +3,3 M€;
  - DO-IGCP - F. Ambiental – PEES: +1,2 M€.

#### Capital próprio

- Desvio negativo de 17,1 M€ em capital realizado, devido a Dotações de Capital inferiores ao previsto, decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e das decisões de financiamento do acionista;
- Desvio negativo de 1,8 M€ de resultado líquido do exercício, face ao estimado.
- Desvio negativo de 18,9 M€ em Outras variações no capital próprio:
  - -8,4 M€ F. Ambiental - Plano Expansão - Rato/Cais Sodré
  - +8,5 M€ F. Coesão
  - -8,1 M€ POSEUR
  - -2,8 M€ Subsídios ao Investimento – ILD
  - -8,2 M€ Perdas atuariais

Nota: O lançamento contabilístico relativo ao F. Coesão não se encontra refletido no sistema, com a imputação a Estado – Subsídios – Gestão infraestrutura, tendo sido regularizado a junho/2021, passando este a ser assegurado mensalmente, face aos recebimentos mensais.

#### Passivo não Corrente

- Verifica-se um desvio positivo de 151,0 M€ em ILD, em grande parte porque se verificou um lapso na elaboração das demonstrações financeiras previsionais, tendo o valor de financiamentos a transitar para curto prazo ficado duplicado no passivo não corrente e no passivo corrente, originando um desvio de 204,4M€;
  - Ainda nesta rubrica verifica-se:
    - Desvio de +4,0 M€ em financiamentos obtidos, decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e respetivas decisões do acionista;
    - -4,7M€ em provisões para processos judiciais em curso ILD;
    - -52,7 M€ devido a flutuação de taxas de juro em instrumentos financeiros, favorável ao ML.
- Desvio negativo de 15,5M em provisões (TREM);
- Desvio de +29,2 M€ em financiamentos obtidos, verificando-se a situação descrita para os financiamentos ILD;
- Desvio de +8,1M€ em responsabilidade pós-emprego, encargos com pensões subestimados.

#### Passivo Corrente

- Verifica-se um desvio negativo de 190,7 M€ em ILD, pelo motivo explicitado no Passivo não corrente;
  - Ainda nesta rubrica verifica-se:
    - Desvio de +1,7M€ em fornecedores de investimento ILD, pela redução das disponibilidades do ML, que têm resultado no alargamento do PMP e o conseqüente acréscimo de dívida a fornecedores;
    - Desvio de +11,7 M€ em credores por acréscimo de gastos (Juros a liquidar - Obrigações).
- Desvio de -21,7 M€ em financiamentos obtidos, verificando-se a situação descrita para os financiamentos ILD;
- Outras Contas a Pagar: -4,2 M€, concorrendo para este desvio -1,1M€ em Credores por acréscimo de gastos e -2,2M€ em Outros credores.

## 2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
<b>Rendimentos Operacionais (corrigidos) *</b>	<b>13 266 744 €</b>	<b>27 205 573 €</b>	<b>19 093 599 €</b>	<b>-13 938 829</b>	<b>-51,2%</b>	<b>-5 826 855</b>	<b>-30,5%</b>
Vendas e serviços prestados	9 727 101 €	26 992 128 €	12 220 156 €	-17 265 028	-64,0%	-2 493 056	-20,4%
Subsídios à exploração	3 364 832 €	0 €	6 735 943 €	3 364 832	-	-3 371 111	-50,0%
Ganhos imputados a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Trabalhos para a própria entidade	973 €	16 544 €	0 €	-15 571	-94,1%	973	-
Imparidade de inventários (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (reduções)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Aumentos de justo valor	6 466 006 €	0 €	5 976 762 €	6 466 006	-	489 244	8,2%
Outros rendimentos e ganhos *	174 812 €	213 445 €	137 500 €	-38 633	-18,1%	37 312	27,1%
<i>Subsídios ao investimento</i>	310 775 €	310 775 €	278 084 €	0	0,0%	32 691	11,8%
<i>Ganhos cambiais</i>	0 €	14 €	0 €	-14	-100,0%	0	-
<i>Ganhos em Inventários</i>	127 824 €	56 229 €	0 €	71 595	127,3%	127 824	-
<i>Mais Valias Leasing</i>	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
<b>Gastos Operacionais (corrigidos)**</b>	<b>29 323 386 €</b>	<b>29 246 295 €</b>	<b>33 223 300 €</b>	<b>77 091</b>	<b>0,3%</b>	<b>-3 899 914</b>	<b>-11,7%</b>
Perdas imputadas a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-513 970 €	-822 263 €	-778 957 €	308 293	-37,5%	264 987	-34,0%
Fornecimentos e serviços externos	-7 326 739 €	-7 853 512 €	-11 420 534 €	526 773	-6,7%	4 093 795	-35,8%
Gastos com o pessoal	-21 428 589 €	-20 396 602 €	-20 794 711 €	-1 031 987	5,1%	-633 878	3,0%
Imparidade de inventários (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (aumentos)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Reduções de justo valor	0 €	-163 343 €	0 €	163 343	-100,0%	0	-
Outros gastos e perdas **	-54 088 €	-173 918 €	-229 098 €	119 829	-68,9%	175 010	-76,4%
<i>Perdas cambiais</i>	-245 €	-1 218 €	-1 260 €	974	-79,9%	1 015	-80,6%
<i>Perdas em Inventários</i>	-106 492 €	-90 363 €	0 €	-16 129	17,8%	-106 492	-
<b>EBITDA (corrigido)</b>	<b>-16 056 642 €</b>	<b>-2 040 721 €</b>	<b>-14 129 701 €</b>	<b>-14 015 920</b>	<b>686,8%</b>	<b>-1 926 940</b>	<b>13,6%</b>

\* Excluindo rubricas non-cash (Ganhos em Participadas / TPE / Imparidades / Provisões (reversões) / Ganhos de Justo Valor / Subsídios ao Investimento / Ganhos Cambiais / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

\*\* Excluindo rubricas non-cash ( Perdas em Participadas / Imparidades / Provisões / Redução de Justo Valor / Perdas cambiais / Perdas em Inventários)

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

O Quadro 5 apresenta a síntese de resultados operacionais, tendo para efeitos de análise, sido expurgado os valores das rubricas *non-cash*.

### Principais variações/desvios:

#### Rendimentos

- **Vendas e Serviços Prestados** - Apresenta uma variação negativa de 17,3M€ e desvio de -2,5M€, justificado essencialmente pela quebra das receitas tarifárias, conforme detalhe no ponto 1.3 - Receitas.
- **Subsídios à exploração** – Variação positiva de 3,4M€ e desvio negativo de 3,4 M€, relativa ao subsídio PART variável (AML). Estando previsto receber 6,7 M€, no 1.º trimestre, apenas foram recebidos 3,4 M€. Em 2020 a primeira tranche foi recebida apenas em julho.
- **Aumentos de justo valor** – Variação de +6,5M€ devido às flutuações dos mercados financeiros, apresentando um desvio positivo de 0,5M€.

**Gastos**

- **Fornecimentos e serviços externos**

Desvio de -4 M€:

- Trabalhos especializados: -0,8M€;
- Conserv. e Repar – Contra. Assist. Técnica: -0,5M€;
- Conserv e Repar - Equipamento Básico: -0,2M€;
- Condomínios – Despesas: -0,2M€;
- Energia alta tensão: -0,3M€, pela redução da oferta;
- Rend. locação operacional -1,4M€, excedente de estimativa de valores de renda dos TREM II.

- **Gastos com pessoal** – Variação positiva de 1,0M€ decorrente da integração dos quadros da Ferconsult no ML, assim como pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021 e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor.

**2.2.1. EBITDA (corrigido)**

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
<b>EBITDA (DRN)</b>	<b>-9.257.800 €</b>	<b>-1.912.084 €</b>	<b>-7.876.116 €</b>	-7.345.717	384,2%	-1.381.684	17,5%
<b>Ajustamentos</b>	<b>6.798.841 €</b>	<b>128.638 €</b>	<b>6.253.586 €</b>	6.670.204	5185,3%	545.256	8,7%
Ganhos imputados a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Perdas imputadas a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Trabalhos para a própria entidade	973 €	16.544 €	0 €	-15.571	-94,1%	973	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (aumentos)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Aumentos de justo valor	6.466.006 €	0 €	5.976.762 €	6.466.006	-	489.244	8,2%
Reduções de justo valor	0 €	-163.343 €	0 €	163.343	-100,0%	0	-
Subsídios ao investimento	310.775 €	310.775 €	278.084 €	0	0,0%	32.691	11,8%
Ganhos cambiais	0 €	14 €	0 €	-14	-100,0%	0	-
Perdas cambiais	-245 €	-1.218 €	-1.260 €	974	-79,9%	1.015	-80,6%
Ganhos em Inventários	127.824 €	56.229 €	0 €	71.595	127,3%	127.824	-
Perdas em Inventários	-106.492 €	-90.363 €	0 €	-16.129	17,8%	-106.492	-
Mais Valias Leasing	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
<b>EBITDA (corrigido)</b>	<b>-16.056.642 €</b>	<b>-2.040.721 €</b>	<b>-14.129.701 €</b>	<b>-14.015.920</b>	<b>686,8%</b>	<b>-1.926.940</b>	<b>13,6%</b>

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash*, tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

O EBITDA corrigido registou uma variação de -14,0M€, partindo de um EBITDA da DRN que registou uma variação de -7,3M€, como consequência do decréscimo da receita, originado pelos efeitos da pandemia, que no período homólogo ainda não se faziam sentir.

Com variação assinalável, destaca-se o Aumento de Justo Valor em 6,5M€, por via das flutuações de taxa de juro. No período homólogo o valor era desfavorável ao ML em -0,2M€.

No que respeita ao desempenho deste indicador, face ao previsto no PAO 2021, o desvio de -1,9M€ é justificado, essencialmente, pela baixa estimativa desta rubrica.

## 2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 7 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2021	Abs	%
<b>Atividades Operacionais</b>				
Recebimentos das atividades operacionais	13.239.480 €	24.504.561 €	-11.265.081	-46,0%
Pagamentos das atividade operacionais	-32.635.784 €	-35.780.055 €	3.144.271	-8,8%
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>-19.396.304 €</b>	<b>-11.275.494 €</b>	<b>-8.120.810</b>	<b>72,0%</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Recebimentos de Investimentos	8.491.290 €	16.002.273 €	-7.510.983	-46,9%
Pagamentos de investimentos	-9.685.469 €	-36.720.516 €	27.035.047	-73,6%
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)</b>	<b>-1.194.179 €</b>	<b>-20.718.243 €</b>	<b>19.524.064</b>	<b>-94,2%</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Recebimentos de financiamentos	61.815.099 €	67.452.867 €	-5.637.768	-8,4%
Pagamentos de financiamentos	-39.641.506 €	-46.811.980 €	7.170.474	-15,3%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>22.173.593 €</b>	<b>20.640.887 €</b>	<b>1.532.706</b>	<b>7,4%</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>	<b>1.583.110 €</b>	<b>-11.352.850 €</b>	<b>12.935.960</b>	<b>-113,9%</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>47.271.470 €</b>	<b>47.271.470 €</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>48.854.580 €</b>	<b>35.918.619 €</b>	<b>12.935.960</b>	<b>36,0%</b>

Fonte: Mfca e PAO 2021-2023 (DFI)

Os recebimentos da atividade operacional não foram suficientes para cobertura dos pagamentos, tendo gerado um défice de tesouraria operacional no valor de 19,4 M€. Este resultado deveu-se essencialmente à forte quebra da procura no 1º trimestre de 2021, em sequência do novo período de confinamento obrigatório, que entrou em vigor a 22 de janeiro (DL n.º 3-C/2021) e que se manteve até ao dia 15 de março.

No relativo à tesouraria de investimento, foram pagos 9,7 M€, com um desvio positivo de 27 M€, justificado essencialmente pelos atrasos dos projetos de expansão RA/CS (-11,8 M€ face ao estimado) e projeto de Modernização (-9,7 M€), tendo este último projeto sofrido alguns atrasos, nomeadamente pela ação de impugnação ao contrato assinado em 08 de fevereiro de 2020 (ML008/2020) intentada por um dos concorrentes, que apenas foi liberada a 18 de novembro do mesmo ano, tendo o respetivo visto do Tribunal de Contas sido concedido em 04 de maio de 2021 (ofício DECOP - 16984/2021).

As atividades de financiamento registaram recebimentos no valor de 61,8 M€, sendo 39,3 M€ relativo a financiamento obtido e 22,5 M€ em aumentos de capital<sup>1</sup>, para colmatar os défices de tesouraria operacional e de investimento, assim como para pagamento do serviço da dívida.

O saldo final do trimestre difere em 46 mil€ do valor de balanço (Caixa e depósitos bancários), pelas transferências para pagamentos de fornecedores realizadas no último dia útil do trimestre, que contabilisticamente foram lançadas ainda em março/2021, mas que em termos do débito efetivo da conta do IGCP, apenas ocorreu em abril.

<sup>1</sup> Ver ponto 2.4 - Modelo de Financiamento

## 2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 8 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	22 469 430 €	65 551 527 €	39 591 415 €	-43 082 097 €	-65,7%	-17 121 985 €	-43,2%
Numerário	22 469 430 €	65 551 527 €	39 591 415 €	-43 082 097 €	-65,7%	-17 121 985 €	-43,2%
Empréstimos DGTF	39 345 669 €	32 078 695 €	27 861 453 €	7 266 974 €	22,7%	11 484 216 €	41,2%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	0 €	0 €	946 132 €	0 €	-	-946 132 €	-100,0%
PART	752 241 €	1 445 710 €	2 256 723 €	-693 469 €	-48,0%	-1 504 482 €	-66,7%
PART "COVID"	4 925 278 €	0 €	7 140 099 €	4 925 278 €	-	-2 214 821 €	-31,0%
<b>TOTAL</b>	<b>67 492 618 €</b>	<b>99 075 932 €</b>	<b>77 795 821 €</b>	<b>-31 583 313 €</b>	<b>-31,9%</b>	<b>-10 303 202 €</b>	<b>-13,2%</b>

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Durante o 1.º trimestre de 2021 foi concedida uma dotação de capital no valor de 22,5 M€, dos quais, 14,7 M€ se destinaram ao pagamento do serviço da dívida e 7,8 M€ para financiamento de investimento. O registo do respetivo aumento de capital no IRN concretizou-se já no 2.º trimestre de 2021.

Contratação de financiamentos no valor de 39,3 M€, dos quais, 21 M€ se destinaram a pagamento de *swaps*, e 18,3 M€ (empréstimo de curto prazo – suprimentos) para cobertura de défice operacional (6,4 M€ para despesas com pessoal e saldo remanescente para FSE).

## 2.5. Stock da Dívida

Quadro 9 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	31.12.2020	1.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910 000 000 €	910 000 000 €	910 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
BEI	206 774 947 €	220 826 473 €	206 774 947 €	-14 051 527 €	-6,4%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	2 035 864 085 €	1 996 518 416 €	2 024 379 868 €	39 345 669 €	2,0%	11 484 216 €	0,6%
Schuldschein	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
<b>Total</b>	<b>3 452 639 031 €</b>	<b>3 427 344 889 €</b>	<b>3 441 154 815 €</b>	<b>25 294 142 €</b>	<b>0,7%</b>	<b>11 484 216 €</b>	<b>0,3%</b>

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

No 1.º Trimestre foram amortizados 14,1 M€ relativos a financiamento do BEI. Relativamente a novos financiamentos, o ML contraiu, junto da DGTF, empréstimos no valor de 39,3 M€ para fazer face aos encargos financeiros com os contratos *swap* e cobertura de défice operacional. O desvio de 11,5 M€ nos valores de empréstimos DGTF face ao planeado, deriva essencialmente do aumento das necessidades para cobertura do défice operacional.

### 3. Cumprimento das Orientações Legais

#### 3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 10 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL			PAO	Δ 2021/2019		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2019	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
<b>(1) CMVMC</b>	513 970 €	822 263 €	1 142 725 €	778 957 €	-628 756 €	-55,0%	-264 987 €	-34,0%
<b>(2) FSE</b>	7 326 739 €	7 853 512 €	7 949 443 €	11 420 534 €	-622 705 €	-7,8%	-4 093 795 €	-35,8%
(2.1) FSE - COVID-19 <sup>1</sup>	216 944 €	0 €	0 €	192 962 €	216 944 €	-	23 983 €	12,4%
<b>(3) Gastos com pessoal</b>	21 428 589 €	20 396 602 €	18 879 614 €	20 794 711 €	2 548 975 €	13,5%	633 878 €	3,0%
Indemnizações por rescisão	- €	0 €	0 €	0 €	-	-	-	-
Valorizações remuneratórias	12 461 €	202 853 €	0 €	290 017 €	12 461 €	-	-277 555 €	-95,7%
Proposta de contratação	3 551 €	22 848 €	0 €	100 316 €	3 551 €	-	-96 765 €	-96,5%
(3.1) Integração de trabalhadores da Ferconsult <sup>1</sup>	455 055 €	0 €	0 €	508 827 €	455 055 €	-	-53 772 €	-10,6%
<b>(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)</b>	28 597 298 €	29 072 377 €	27 971 783 €	32 292 414 €	625 515 €	2,2%	-3 695 116 €	-11,4%
<b>(5) Volume de negócios (VN)</b>	9 727 101 €	26 992 128 €	29 791 532 €	12 220 156 €	-20 064 431 €	-67,3%	-2 493 056 €	-20,4%
(5.1) Perda de receita atribuível à pandemia COVID-19 <sup>2</sup>	19 204 862 €	- €	- €	16 027 554 €	19 204 862 €	-	3 177 308 €	19,8%
Subsídios à exploração <sup>3</sup>	3 364 832 €	- €	- €	9 757 503 €	3 364 832 €	-	6 392 672 €	-65,5%
Indemnizações Compensatórias	- €	- €	- €	- €	- €	-	- €	-
<b>(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)</b>	98,8%	107,7%	93,9%	114,3%	5,0 pp	--	-15,5 pp	--
(7) Deslocações e Alojamento	0 €	6 889 €	3 184 €	8 012 €	-6 889 €	-100,0%	-8 012 €	-100,0%
(8) Ajudas de custo	0 €	1 992 €	1 839 €	1 992 €	-1 992 €	-100,0%	-1 992 €	-100,0%
(9) Gastos com a frota automóvel <sup>4</sup>	32 852 €	62 867 €	66 725 €	94 633 €	-30 014 €	-47,7%	-61 780 €	-65,3%
<b>(7) + (8) + (9)</b>	32 852 €	71 748 €	71 748 €	104 637 €	-38 895 €	-54,2%	-71 785 €	-68,6%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	160 907 €	265 517 €	309 503 €	1 281 314 €	-104 610 €	-39,4%	-1 120 407 €	-87,4%

<sup>1</sup> Despesa deduzida aos gastos operacionais para cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2021 aprovado por Despacho n.º 556/2021-SET, de 29 de junho

<sup>2</sup> Valor de receita considerado no cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2021 aprovado por Despacho n.º 556/2021-SET, de 29 de junho

<sup>3</sup> Inclui Compensação AML (PART)

<sup>4</sup> Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Tendo em conta as orientações constantes nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2021”<sup>2</sup>, ao cálculo do peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, são subtraídos os gastos que resultam das medidas tomadas para fazer face à pandemia provocada pelo COVID-19 (€ 216 944), e somadas as perdas de receita atribuíveis à mesma (€ 18 735 258 de receita tarifária e € 469 604 de receita não tarifária). Adicionalmente, foi deduzido o impacto do custo da integração dos trabalhadores da Ferconsult nos gastos com pessoal (€ 455.055), de forma a ser comparável com 2019. Assim, e no que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 1.º trimestre de 2021, salienta-se o seguinte:

- O rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios sofre um aumento de 5 pontos percentuais (pp) quando comparado com 2019, e em sentido contrário, melhora em 8,9 pp face ao período homólogo. Mesmo considerando o valor de 19,2 M€ de perda de receita atribuível à pandemia COVID-19, o volume de negócios é inferior em 2,9 % (€ 860 mil) face a 2019, e os gastos operacionais são superiores em 2,2% (€ 626 mil), tendo este últimos o seu maior impacto no aumento de gastos com pessoal (+13,5%), nomeadamente, +1,3 M€ de remunerações e encargos com remunerações, justificado com o aumento do n.º do efetivo entre 2020 e 2021, bem como, a integração dos trabalhadores da Ferconsult no final de 2020, +817 mil€ de encargos com complementos de pensões, e +456 mil€ de gastos com seguro de saúde, pela não especialização destes gastos, sendo o seu valor referente ao 1.º semestre do ano. Comparando o resultado do rácio do Peso dos Gastos/VN com o planeado, verifica-se a melhoria do mesmo em 15,5 pp, justificado essencialmente pela redução em 11,4% (-3,7 M€) dos gastos operacionais.

<sup>2</sup> Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho de 2020.

- O total de gastos com pessoal é superior ao registado no período homólogo de 2020 (+1 M€), pelo aumento do efetivo, com maior impacto no valor das remunerações e encargos com remunerações (+507 mil€) e aumento do prémio de seguro de saúde (+442 mil€ no total) pela não especialização do mesmo no período em análise. O desvio de +634 mil€ de gastos com pessoal deve-se, essencialmente, à subestimativa de gastos com subsídio de natal e ao desvio de gastos com seguro de saúde conforme justificações atrás mencionadas.
- No global das rubricas Deslocações e Alojamento, Ajudas de custo e Gastos com a frota automóvel, verifica-se uma redução quer face aos períodos homólogos de 2019 e 2020, bem como, aos valores estimados no PAO 2021, conjugado do efeito da grande redução das deslocações de pessoas que se tem sentido no País e no Mundo, no âmbito das medidas implementadas de combate à pandemia COVID-19.
- Os gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresentam uma redução face aos períodos homólogos de 2019 e 2020, devido essencialmente aos atrasos nos processos de contratação das assessorias para os projetos de expansão e modernização em curso.

### 3.2. Frota Automóvel

Quadro 11 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
<b>N.º de veículos</b>	47	41	41	6	14,6%	6	14,6%
<b>Gastos (€):</b>							
Combustível	4 695	9 450	9 000	-4 755	-50,3%	-4 305	-47,8%
Energia	562	652	600	-90	-13,8%	-38	-6,3%
Conservação e Reparação	4 830	8 375	15 075	-3 546	-42,3%	-10 245	-68,0%
Rendas	16 329	29 228	58 380	-12 899	-44,1%	-42 051	-72,0%
Seguros	2 834	8 608	9 750	-5 775	-67,1%	-6 916	-70,9%
Impostos	806	2 020	1 700	-1 215	-60,1%	-894	-52,6%
Outros	2 797	4 532	128	-1 735	-38,3%	2 669	2093,1%
<b>Total</b>	<b>32 852</b>	<b>62 867</b>	<b>94 633</b>	<b>-30 014</b>	<b>-47,7%</b>	<b>-61 780</b>	<b>-65,3%</b>

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se quer uma redução face ao período homólogo de 2020 (-47,7%), quer face ao planeado (-65,3%), neste último, para além do efeito da redução do número de deslocações, no 1º trimestre do período, ainda não foi possível formalizar a alteração da entidade adjudicante dos contratos de locação operacional das viaturas da Ferconsult (6), pelo que, este gasto continuou a ser assumido pela participada.

### 3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 12 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	57	49	65	7	14,8%	-8	-12,7%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

O prazo médio de pagamento regista uma variação de +7 dias quando comparado com o período homólogo, justificada pela redução das disponibilidades, decorrente essencialmente pela forte quebra de recebimento de clientes, no entanto, o mesmo é inferior ao estimado no PAO 2021.



### 3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 13 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	Δ / 31.12.2019		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	31 DEZ 2020	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa*	1 513	1 513	1 524	0	0,0%	-11	-0,7%

\*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH/DMS 020/1566292 (CIDS) | PAO 2021-2023 (DFI)

No período em análise, a variação do efetivo foi a seguinte:

- Saídas:
  - 1 Passagem à reforma;
  - 1 Cedência/Requisição de serviço;
  - 1 Licença sem vencimento;
  - 1 Outros motivos;
- Admissões:
  - 2 Técnicos especializados (aprovados no PAO 2019);
  - 1 Oficial de manutenção (por substituição de passagem à reforma);
  - 1 Regresso de trabalhador em requisição de serviço.

Considerando a previsão do PAO, regista-se um desvio de -11 colaboradores devido aos atrasos nos processos de contratação já aprovados em Planos de Atividades e Orçamento anteriores a 2021. De salvaguardar que, para além dos efeitos da pandemia gerarem diversos atrasos nestes processos de contratação, o PAO 2020 apenas foi aprovado no último trimestre do período.

### 3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 14 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	1.º TRIM 2021	31 Dez 2020
Financiamento Remunerado	3 452 639 031 €	3 427 344 889 €
Capital Social	3 436 468 412 €	3 413 998 982 €
Novos Investimentos	0 €	1 498 032 €
<b>Variação do endividamento</b>	<b>0,70%</b>	

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2021”, que tem em conta novos investimentos de expressão material, o endividamento do ML variou 0,7%, mantendo no período em análise o cumprimento do limite de 2%.

### 3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 15 - Disponibilidades

UTE	1.º TRIM 2021
<b>Disponibilidades em 31-03-2021</b>	<b>48 841 232 €</b>
Depositadas no IGCP	48 508 312 €
Outras	332 920 €
<b>Disponibilidades no IGCP [%]</b>	<b>99,3%</b>

Fonte: DFI/Tesouraria

No final de março de 2021, o ML mantinha 99,3% dos depósitos bancários (48,5 M€) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 28/04/2020, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE), conforme N/Ref. 1521310 e 1530590. O IGCP através do seu ofício n.º 1702/2020, de 14 de dezembro, aprovou o excecionamento do cumprimento da UTE para os anos de 2020 e 2021, para os valores inerentes às operações de financiamento contratualizadas com a banca, devendo as garantias bancárias, sempre que possível ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado.

## 4. Plano de Investimento

Projeto	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º Trim 2021	1.º Trim 2020	1.º Trim 2021	Abs	%	Abs	%
<b>Investimento ML</b>	<b>320.844</b>	<b>1.895.638</b>	<b>8.381.288</b>	<b>-1.574.794</b>	<b>-83%</b>	<b>-8.060.444</b>	<b>-96%</b>
Edifícios e outras Construções	24.069	429.522	117.036	-405.454	-94%	-92.967	-79%
Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide	24.069	426.767	24.536	-402.699	-94%	-467	-2%
Outros	0	2.755	92.500	-2.755	-100%	-92.500	-100%
Equipamento Básico	236.224	1.304.111	7.776.899	-1.067.887	-82%	-7.540.674	-97%
Veículo esmerilador	0	0	1.667	0	-	-1.667	-100%
CITV	174.289	0	241.993	174.289	-	-67.703	-28%
Portas Mat. Circulante ML90, 95-97-99	61.935	1.258.446	0	-1.196.511	-95%	61.935	-
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante)	0	0	5.787.317	0	-	-5.787.317	-100%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Sinalização)	0	0	601.580	0	-	-601.580	-100%
Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso	0	0	100.000	0	-	-100.000	-100%
Outros	0	45.665	1.044.343	-45.665	-100%	-1.044.343	-100%
Ferramentas e Utensílios	11.082	7.857	51.049	3.225	41%	-39.967	-78%
Equipamento Administrativo	49.469	154.148	436.305	-104.679	-68%	-386.836	-89%
COVID-19	0	1.499	2.500	-1.499	-100%	-2.500	-100%
Outros	49.469	152.649	433.805	-103.180	-68%	-384.336	-89%
<b>Investimento ILD</b>	<b>10.626.616</b>	<b>1.841.525</b>	<b>25.118.943</b>	<b>8.785.091</b>	<b>477%</b>	<b>-14.492.328</b>	<b>-58%</b>
Plano Nacional de Acessibilidades	0	401.775	259.552	-401.775	-100%	-259.552	-100%
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	9.304.029	67.145	17.662.449	9.236.884	13757%	-8.358.420	-47%
Remodelação da Linha A	11.453	233.689	1.340.849	-222.235	-95%	-1.329.396	-99%
Remodelação da Linha B	62.960	6.545	87.137	56.415	862%	-24.177	-28%
Remodelação da Linha C	957.324	743.949	2.681.663	213.375	29%	-1.724.339	-64%
Remodelação e ampliação Areiro	3.418	571.667	262.370	-568.249	-99%	-258.952	-99%
Remodelação e ampliação Arroios	776.540	39.965	1.736.106	736.575	1843%	-959.566	-55%
Outros	177.366	132.317	683.187	45.049	34%	-505.822	-74%
Remodelação da Linha D	36.103	361.681	854.284	-325.579	-90%	-818.182	-96%
Remodelação Olivais	0	224.094	107.669	-224.094	-100%	-107.669	-100%
Modernização CBTC - Linha Vermelha	0	0	0	0	-	0	-
Outros	36.103	137.587	746.616	-101.485	-74%	-710.513	-95%
Remodelação da Rede Global	254.747	26.740	2.233.008	228.007	853%	-1.978.261	-89%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Sinalização)	0	0	1.464.383	0	-	-1.464.383	-100%
Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas	0	26.740	482.967	-26.740	-100%	-482.967	-100%
Outros	254.747	0	285.658	254.747	-	-30.911	-11%
Investimento por Conta de Terceiros				0	-	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>10.947.460</b>	<b>3.737.163</b>	<b>33.500.232</b>	<b>7.210.297</b>	<b>192,9%</b>	<b>-22.552.772</b>	<b>-67,3%</b>

Fonte: SAP/CO e PAO 2021-2023 (DFI)

No período em análise, foi realizado 32,7% do investimento previsto para o trimestre, apresentando um desvio negativo 22,6 M€. A contribuir para este desvio negativo estão os projetos:

- Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Mat. Circulante + CBTC - Sinalização): -6,4 M€;
- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: -8,4 M€;
- Remodelação da linha Azul: -1,3 M€
- Remodelação da linha Verde: -1,7 M€
- Remodelação da linha Vermelha: -0,8 M€
- Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas: -0,5 M€
- Outros investimentos ILD: -1,7 M€
- Outros investimentos ML: -1,7 M€

Em comparação com o período homólogo, verifica-se uma variação de 191%, (+7,1 M€):

- Realização inferior em investimento ML (-1,6 M€):
  - Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide: -0,4 M€;
  - Portas Mat. Circulante ML90, 95-97-99: -1,3 M€;
  - Outros investimentos ML: +0,1 M€.
  
- Realização superior em investimento ILD (+8,8 M€):
  - Plano Nacional de Acessibilidades: -0,4 M€;
  - Prolongamento Rato / Cais do Sodré: +9,2 M€;
  - Remodelação linha Azul: -0,2 M€;
  - Remodelação linha Verde: +0,2 M€;
  - Remodelação linha Vermelha: -0,3 M€;
  - Outros investimentos ILD: +0,3 M€.

## 5. Análise dos principais desvios

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
<b>BALANÇO</b>				
<u>Ativo não Corrente</u>				
ILD	-65,9 M€	AFT – Baixa realização de investimento Variação da conta de Estado – Conta a Receber, por via do impacto das variações do mark-to-market (MtM)	Pág. 5	-
AFT	-11,1 M€	Projeto de modernização sem realização	Pág. 5	Melhoria da execução orçamental
Participações financ.	+30,3 M€	Imputação do valor residual do leasing de material circulante, inicialmente considerado em investimento	Pág. 5	-
<u>Ativo Corrente</u>				
Inventários	+3,0 M€	Reclassificações e regularizações de existências	Pág. 5	-
Outras contas a receber	-53,7 M€	Imputação de perda por imparidade do valor residual do leasing do TREM I Regularização de estimativas de Compensação financeira 4_18, Sub23, Social+	Pág. 5	-
Caixa e Dep. Bancários	+12,9 M€	Recebimento F.Coesão DO- IGCP-F. Ambiental - Modernização DO- IGCP - F. Ambiental - PEES	Pág. 5	-
<u>Capital próprio</u>				
Capital realizado	-17,1 M€	Dotações de Capital inferiores ao previsto	Pág. 5	Decisões de financiamento do acionista
RLE	-1,8 M€	Estimativa de RL inferior	Pág. 5	Decorrente da incerteza conjuntural
<u>Passivo não Corrente</u>				
ILD	+151 M€	Por lapso os financiamentos a transitar para curto prazo ficaram duplicados no passivo não corrente e no passivo corrente	Pág. 5	-
Financiamentos obtidos	+29,2 M€	Adaptação das necessidades de financiamento	Pág. 5	Decisões de financiamento do acionista
Resp.benef.pós-emprego	+8,1 M€	Encargos com pensões subestimados	Pág. 5	-
<u>Passivo Corrente</u>				
ILD	-190,7M€	Por lapso os financiamentos a transitar para curto prazo ficaram duplicados no passivo não corrente e no passivo corrente	Pág. 5	-
Financiamentos obtidos	-21,7 M€	Decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e das decisões de financiamento do acionista	Pág. 5	Decisões de financiamento do acionista
Outras Contas a Pagar	-4,2 M€	-1,1M€ em Credores por acréscimo de gastos e -2,2M€ em Outros credores	Pág. 5	-
<b>PLANO DE INVESTIMENTOS</b>	-22,5 M€	Execução orçamental 67% abaixo do planeado	Pág. 15	Melhoria da execução orçamental

## 6. Demonstrações Financeiras

### 6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ / PAO	
	1.º TRIM 2021	31.DEZ 2020	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
<b>ATIVO</b>							
<b>Ativo não corrente</b>							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 359 478 344 €	5 390 701 851 €	5 425 389 397 €	-31 223 507 €	-0,6%	-65 911 053 €	-1,2%
Ativos fixos tangíveis	95 093 352 €	98 448 584 €	106 174 663 €	-3 355 232 €	-3,4%	-11 081 311 €	-10,4%
Ativos intangíveis	1 740 534 €	1 830 425 €	1 795 562 €	-	-	-	-
Propriedades de investimento	12 507 525 €	12 621 462 €	12 994 212 €	-113 937 €	-0,9%	-486 686 €	-3,7%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	33 832 449 €	33 832 449 €	3 531 955 €	-	0,0%	30 300 493 €	857,9%
Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	54 065 945 €	54 065 280 €	54 065 280 €	666 €	0,0%	666 €	0,0%
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>5 556 718 149 €</b>	<b>5 591 500 051 €</b>	<b>5 603 951 068 €</b>	<b>-34 781 901 €</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-47 232 918 €</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Ativo corrente</b>							
Inventários	10 776 733 €	10 836 101 €	7 746 990 €	-59 369 €	-0,5%	3 029 743 €	39,1%
Clientes	2 445 337 €	1 718 818 €	1 718 818 €	726 519 €	42,3%	726 519 €	42,3%
Estado e outros entes públicos	3 262 520 €	3 815 038 €	3 759 442 €	-552 519 €	-14,5%	-496 922 €	-13,2%
Outras contas a receber	11 625 715 €	10 929 504 €	65 346 325 €	696 211 €	6,4%	-53 720 610 €	-82,2%
Diferimentos	29 594 707 €	30 388 665 €	29 793 204 €	-793 958 €	-2,6%	-198 497 €	-0,7%
Caixa e depósitos bancários	48 808 153 €	47 271 470 €	35 918 619 €	1 536 684 €	3,3%	12 889 534 €	35,9%
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>106 513 165 €</b>	<b>104 959 596 €</b>	<b>144 283 398 €</b>	<b>1 553 568 €</b>	<b>1,5%</b>	<b>-37 770 234 €</b>	<b>-26,2%</b>
<b>Total do ativo em investimentos de ILD</b>	<b>5 359 478 344 €</b>	<b>5 390 701 851 €</b>	<b>5 425 389 397 €</b>	<b>-31 223 507 €</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-65 911 053 €</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Total do ativo afeto à operação (ML)</b>	<b>303 752 970 €</b>	<b>305 757 796 €</b>	<b>322 845 069 €</b>	<b>-2 004 826 €</b>	<b>-0,7%</b>	<b>-19 092 099 €</b>	<b>-5,9%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5 663 231 314 €</b>	<b>5 696 459 647 €</b>	<b>5 748 234 466 €</b>	<b>-33 228 333 €</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-85 003 152 €</b>	<b>-1,5%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>							
Capital realizado	3 436 468 412 €	3 413 998 982 €	3 453 590 397 €	22 469 430 €	0,7%	-17 121 985 €	-0,5%
Reserva legal	21 597 €	21 597 €	21 597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1 501 878 €	1 501 878 €	1 501 878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1 940 806 395 €	-1 883 675 004 €	-1 938 878 109 €	-57 131 391 €	3,0%	-1 928 286 €	0,1%
Excedentes de revalorização	37 234 076 €	37 234 076 €	37 234 076 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	999 261 €	-7 181 254 €	19 912 810 €	8 180 515 €	-113,9%	-18 913 550 €	-95,0%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-19 810 119 €</b>	<b>-57 131 391 €</b>	<b>-17 997 054 €</b>	<b>37 321 272 €</b>	<b>-65,3%</b>	<b>-1 813 064 €</b>	<b>10,1%</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>1 515 608 709 €</b>	<b>1 504 768 883 €</b>	<b>1 555 385 594 €</b>	<b>10 839 826 €</b>	<b>0,7%</b>	<b>-39 776 885 €</b>	<b>-2,6%</b>
<b>PASSIVO</b>							
<b>Passivo não corrente</b>							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 892 024 707 €	1 946 015 681 €	1 740 999 301 €	-53 990 974 €	-2,8%	151 025 407 €	8,7%
Provisões	40 313 289 €	40 313 289 €	55 804 148 €	-	0,0%	-15 490 858 €	-27,8%
Financiamentos obtidos	153 719 787 €	151 382 336 €	124 531 691 €	2 337 451 €	1,5%	29 188 096 €	23,4%
Derivados	36 897 926 €	43 363 932 €	37 387 170 €	-6 466 006 €	-14,9%	-489 244 €	-1,3%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	273 959 364 €	274 600 485 €	265 889 929 €	-641 121 €	-0,2%	8 069 435 €	3,0%
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de ILD</b>	<b>1 892 024 707 €</b>	<b>1 946 015 681 €</b>	<b>1 740 999 301 €</b>	<b>-53 990 974 €</b>	<b>-2,8%</b>	<b>151 025 407 €</b>	<b>8,7%</b>
<b>Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)</b>	<b>504 890 366 €</b>	<b>509 660 042 €</b>	<b>483 612 937 €</b>	<b>-4 769 676 €</b>	<b>-0,9%</b>	<b>21 277 429 €</b>	<b>4,4%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>2 396 915 073 €</b>	<b>2 455 675 724 €</b>	<b>2 224 612 238 €</b>	<b>-58 760 650 €</b>	<b>-2,4%</b>	<b>172 302 835 €</b>	<b>7,7%</b>
<b>Passivo corrente</b>							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 056 004 740 €	1 056 477 888 €	1 246 733 100 €	-473 148 €	0,0%	-190 728 360 €	-15,3%
Fornecedores	6 408 146 €	7 230 978 €	7 354 577 €	-822 831 €	-11,4%	-946 431 €	-12,9%
Estado e outros entes públicos	3 209 440 €	3 150 333 €	3 150 333 €	59 107 €	1,9%	59 107 €	1,9%
Financiamentos obtidos	623 591 272 €	605 259 449 €	645 265 110 €	18 331 823 €	3,0%	-21 673 838 €	-3,4%
Outras contas a pagar	61 493 933 €	63 896 392 €	65 733 514 €	-2 402 459 €	-3,8%	-4 239 581 €	-6,4%
<b>Total do passivo corrente em investimentos de ILD</b>	<b>1 056 004 740 €</b>	<b>1 056 477 888 €</b>	<b>1 246 733 100 €</b>	<b>-473 148 €</b>	<b>0,0%</b>	<b>-190 728 360 €</b>	<b>-15,3%</b>
<b>Total do passivo corrente afeto à operação (ML)</b>	<b>694 702 792 €</b>	<b>679 537 152 €</b>	<b>721 503 534 €</b>	<b>15 165 639 €</b>	<b>2,2%</b>	<b>-26 800 742 €</b>	<b>-3,7%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO CORRENTE</b>	<b>1 750 707 532 €</b>	<b>1 736 015 040 €</b>	<b>1 968 236 634 €</b>	<b>14 692 491 €</b>	<b>0,8%</b>	<b>-217 529 102 €</b>	<b>-11,1%</b>
<b>Total do passivo em investimentos de ILD</b>	<b>2 948 029 447 €</b>	<b>3 002 493 569 €</b>	<b>2 987 732 400 €</b>	<b>-54 464 122 €</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-39 702 953 €</b>	<b>-1,3%</b>
<b>Total do passivo afeto à operação (ML)</b>	<b>1 199 593 158 €</b>	<b>1 189 197 195 €</b>	<b>1 205 116 471 €</b>	<b>10 395 963 €</b>	<b>0,9%</b>	<b>-5 523 314 €</b>	<b>-0,5%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4 147 622 605 €</b>	<b>4 191 690 764 €</b>	<b>4 192 848 872 €</b>	<b>-44 068 159 €</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-45 226 267 €</b>	<b>-1,1%</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>5 663 231 314 €</b>	<b>5 696 459 647 €</b>	<b>5 748 234 466 €</b>	<b>-33 228 333 €</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-85 003 152 €</b>	<b>-1,5%</b>

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

## 6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2021	1.º TRIM 2020	1.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	9.727.101 €	26.992.128 €	12.220.156 €	-17.265.028 €	-64,0%	-2.493.056 €	-20,4%
Subsídios à exploração	3.364.832 €	-	6.735.943 €	3.364.832 €	-	-3.371.111 €	-50,0%
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	973 €	16.544 €	-	-15.571 €	-94,1%	973 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-513.970 €	-822.263 €	-778.957 €	308.293 €	-37,5%	264.987 €	-34,0%
Fornecimentos e serviços externos	-7.326.739 €	-7.853.512 €	-11.420.534 €	526.773 €	-6,7%	4.093.795 €	-35,8%
Gastos com o pessoal	-21.428.589 €	-20.396.602 €	-20.794.711 €	-1.031.987 €	5,1%	-633.878 €	3,0%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	6.466.006 €	-163.343 €	5.976.762 €	6.629.349 €	-4058,5%	489.244 €	8,2%
Outros rendimentos e ganhos	613.411 €	580.463 €	415.584 €	32.948 €	5,7%	197.827 €	47,6%
Outros gastos e perdas	-160.825 €	-265.499 €	-230.358 €	104.674 €	-39,4%	69.533 €	-30,2%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-9.257.800 €</b>	<b>-1.912.084 €</b>	<b>-7.876.116 €</b>	<b>-7.345.717 €</b>	<b>384,2%</b>	<b>-1.381.684 €</b>	<b>17,5%</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-3.879.904 €	-3.910.427 €	-3.755.803 €	30.523 €	-0,8%	-124.102 €	3,3%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-13.137.705 €</b>	<b>-5.822.511 €</b>	<b>-11.631.918 €</b>	<b>-7.315.194 €</b>	<b>125,6%</b>	<b>-1.505.786 €</b>	<b>12,9%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-6.672.414 €	-6.643.727 €	-6.365.136 €	-28.687 €	0,4%	-307.278 €	4,8%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-19.810.119 €</b>	<b>-12.466.238 €</b>	<b>-17.997.054 €</b>	<b>-7.343.881 €</b>	<b>58,9%</b>	<b>-1.813.064 €</b>	<b>10,1%</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-19.810.119 €</b>	<b>-12.466.238 €</b>	<b>-17.997.054 €</b>	<b>-7.343.881 €</b>	<b>58,9%</b>	<b>-1.813.064 €</b>	<b>10,1%</b>

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)



## RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. 1º TRIMESTRE DE 2021

### 1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do primeiro trimestre de 2021 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas<sup>1</sup>, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório, relativo ao período findo em 31 de março de 2021, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2021<sup>2</sup>, o relatório de execução do PAO – 1º Trimestre de 2021, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML e remetido ao CF e ao Revisor Oficial de Contas (ROC)<sup>3</sup>, o respetivo relatório do ROC remetido ao CF em 30 de setembro de 2021, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos Estatutos da ML, e as atas das reuniões do CA.

### 2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

#### 2.1. Atividade e Investimento

Os indicadores da procura evidenciam a forte quebra dos níveis de atividade, em virtude da pandemia por COVID-19, registando-se no final do 1º trimestre de 2021, em relação ao período homólogo de 2020<sup>4</sup>, reduções de 70,6% no número de passageiros transportados com título pago e de 70,2% em passageiros x km. Em relação ao orçamentado, verificam-se desvios positivos de 2,6% e 3,0%, respetivamente.

A redução da oferta é menos significativa, ascendendo a -19,0%, em relação ao período homólogo de 2020, quer em carruagens x km, quer em lugares x km, e a -22,1% em relação ao orçamentado, em ambos os indicadores.

Considerando o somatório da receita tarifária (bilhetes e passes), da compensação financeira dos passes sociais (4\_18, Sub23 e Social+) e da compensação tarifária (PART), regista-se uma diminuição face ao

---

<sup>1</sup> Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

<sup>2</sup> Objeto de aprovação através de Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, assinado por Suas Exa. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade.

<sup>3</sup> Foi disponibilizada uma primeira versão em 30 de julho de 2021, a qual, após análise do ROC, sofreu alguns ajustes. A versão final foi remetida ao CF em 26 de outubro de 2021, já após a emissão do parecer do ROC.

<sup>4</sup> Dado que a pandemia não teve um efeito significativo no 1º trimestre de 2020.





período homólogo de 65,1% (-16,4 milhões €). Face ao orçamentado, o desvio desfavorável foi de 13,0% (-1,3 milhões €).

A título de compensação da quebra das receitas pela pandemia por COVID-19, foi atribuída à ML uma verba de 3,4 milhões de euros. Mesmo adicionando este valor à receita tarifária e às compensações dos passes sociais e PART, a redução no conjunto destas receitas, face ao período homólogo de 2020, ascende a 51,7% (-13,1 milhões €).

O investimento realizado até ao final do 1º trimestre de 2021 atingiu o montante global de 10,9 milhões €, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 32,5% face ao projetado para o mesmo período (33,5 milhões €), ainda assim acima do executado no período homólogo de 2020 (3,7 milhões €). Realça-se o prolongamento da linha Rato / Cais do Sodré que representou cerca de 85% (9,3 milhões €) do total executado.

## 2.2. Desempenho económico e financeiro

A análise efetuada ao Relatório de execução da ML – 1º trimestre 2021 permitiu concluir o seguinte:

- O prejuízo acumulado ascendeu a 19,8 milhões €, traduzindo um agravamento em relação ao período homólogo de 2020 (prejuízo de 12,5 milhões €), em resultado da quebra nas receitas (-17,3 milhões € em vendas e prestações de serviços) e apesar das variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (+6,5 milhões €).

Face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 18,0 milhões €), o resultado negativo obtido representa um desvio desfavorável de 1,8 milhões € (10,1%), sobretudo pela conjugação de recebimentos menores que os esperados relacionados com vendas e prestações de serviços -2,5 M€ (-20,4%) e com subsídios à exploração (-3,4 M€ de subsídio PART variável) e de menores gastos com fornecimentos e serviços externos (-4,0 milhões €).

- O Capital próprio aumentou 10,8 milhões € (+0,7%), face a 31 de dezembro de 2020, só possível por via das dotações de capital que se situaram em 22,5 milhões €. Em sentido contrário, registou-se uma redução significativa nos resultados transitados (-57,1 milhões €).

Face ao orçamento, regista-se um desvio desfavorável de 39,8 milhões € (-2,6%), realçando-se a menor execução dos aumentos de capital (-17,1 milhões €) e das transferências/outras variações de capital próprio do Fundo Ambiental (-8,4 milhões €), POSEUR (-8,1 milhões €), Subsídios ao investimento – ILD (-2,8 milhões €), bem como perdas atuariais de 8,2 milhões €.

- O Ativo diminuiu 33,2 milhões € (-0,6%), face a 31 de dezembro de 2020, principalmente pela conjugação da variação negativa do justo valor dos instrumentos financeiros relacionados com ILD (-76,1 milhões €) e da variação positiva em encargos financeiros (+30,9 milhões €).

Relativamente ao orçamento, verifica-se um desvio desfavorável de 85,0 milhões € (-1,5%), sobretudo pelo efeito conjugado do impacto da variação do “mark-to-market” dos derivados (-57,9 milhões €) e da imputação de perdas por imparidade que no orçamento estavam em investimentos,



designadamente dos valores residuais do leasing do TREM (-50,0 milhões € em outras contas a receber) e do leasing de material circulante (+30,3 milhões € em participações financeiras).

- O Passivo diminuiu 44,1 milhões € (-1,1%), face a 31 de dezembro de 2020, situando-se em 4.147,6 milhões €, em resultado, essencialmente, da conjugação da redução do justo valor relacionado com derivados ILD (-72,7 M€), do aumento do financiamento para fazer face a encargos financeiros e para cobertura do défice operacional (+39,3 milhões €) e da amortização de financiamentos do BEI (-14,1 milhões €).

Em relação ao valor orçamentado, regista-se um desvio favorável de 45,2 milhões € (-1,1%), que resulta da conjugação, sobretudo, da flutuação de taxas de juro em instrumentos financeiros relacionados com as ILD (-52,7 milhões €), de acréscimos de juros a liquidar (+11,7 milhões €) e da reversão da provisão para as responsabilidades assumidas com o TREM (-15,5 milhões €).

### **3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF**

Relativamente às obrigações legais<sup>5</sup> e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa sublinhar que, através do Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, foi aprovada a proposta de PAO para 2021 e foi concedida autorização para (i) a contratação de dez trabalhadores, devendo a empresa assegurar que o número de trabalhadores do final de 2021 não excede em mais de dez o verificado no final de 2020; (ii) o aumento dos gastos com pessoal até ao máximo de 4,3 milhões de euros, justificado pela integração dos trabalhadores da FERCONSULT - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, SA (FERCONSULT), pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021, e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor e da atualização do Plano de Pensões; (iii) o aumento em 75 mil euros dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel; (iv) o aumento do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 435 mil euros.

Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de Execução do PAO - 1º trimestre de 2021, importa salientar os seguintes aspetos<sup>6</sup>:

---

<sup>5</sup> Designadamente as normas contidas na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE 2021), e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento para 2019 (DLEO 2019) e que se mantém aplicável e em vigor em 2021.

<sup>6</sup> Estabelece o n.º 7 do artigo 158.º do DLEO 2019 (em vigor em 2021) que os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo os gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no respetivo Decreto-Lei.

- O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios<sup>7</sup> registou um desvio favorável em 15,5 p.p. face ao orçamentado e aprovado para o período, relevando que para o cálculo do referido rácio foram subtraídos os gastos (0,2 milhões €) e foram somadas as perdas (18,7 milhões € e 0,5 milhões €, de receita tarifária e não tarifária, respetivamente) justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19, bem como foram subtraídos os gastos decorrentes da integração dos trabalhadores da FERCONSULT (0,5 milhões €);
- Tendo em consideração os termos do Despacho de aprovação do PAO 2021, bem como as orientações emitidas sobre a matéria<sup>8</sup>, mais concretamente os limites fixados para determinadas rubricas de gastos, salienta-se que a respetiva execução no final do 1º trimestre, com exceção dos gastos com pessoal, ficou abaixo dos limites autorizados para o mesmo período, conforme se detalha:
  - i) os gastos com pessoal observaram um desvio de 0,6 milhões € (+3%) face ao orçamentado e aprovado para o período (20,8 milhões €), decorrente da subestimativa de gastos com subsídios de natal e com seguros de saúde. Releva-se que os gastos com pessoal registaram um aumento de 1,0 milhões € face ao período homólogo do ano anterior, essencialmente pelo impacto da integração dos trabalhadores da FERCONSULT;
  - ii) o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel ascendeu a 32,9 milhões € o que corresponde a um desvio de -68,6% face ao orçamentado e aprovado para o período, pelo efeito da redução das deslocações de pessoal decorrente da situação pandémica;
  - iii) o total dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria registou uma execução dentro dos limites orçamentados e aprovados para o período, assinalando-se que o desvio observado (-87,4%, -1,1 milhões €, face ao orçamentado) decorreu dos atrasos nas contratações das assessorias para os projetos de expansão e modernização;
- No final do período não se registou qualquer aumento líquido do número de trabalhadores face a 31 de dezembro de 2020, não obstante a admissão de 2 técnicos especializados<sup>9</sup>, de 1 oficial de manutenção<sup>10</sup> e do regresso de um trabalhador em requisição de serviço, contabilizando-se, assim, um total de 1.513 trabalhadores (sem considerar os órgãos sociais);

---

<sup>7</sup> Os gastos operacionais (GO), para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal.

No cálculo do rácio GO/ Volume de negócios, poderão ser excluídas as receitas e as despesas justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19.

<sup>8</sup> Foram estabelecidas metas de manutenção/redução dos seguintes gastos, face ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 e os executados em 2019: i) os gastos com pessoal; ii) o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel; e ii) o conjunto dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

<sup>9</sup> Conferida autorização por Despacho n.º 573/2019-SET, de 28 de junho (aprovação PAO 2019).

<sup>10</sup> Substituição por passagem à reforma.



- O endividamento apresentou um crescimento de 0,7% face a 31 de dezembro de 2020, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF, sublinhando-se que este aumento ficou abaixo do aumento projetado no PAO 2021 (2,07%, a 31 de dezembro de 2021).

#### **4 – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA ML – 1º TRIMESTRE DE 2021**

O CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 1º trimestre 2021, que se considera aqui como reproduzido, acompanhando e destacando que se mantém atual a recomendação de que os relatórios de execução da ML devem identificar *“as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de “Rendimentos Operacionais” e de “Gastos Operacionais” que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.”*

#### **5 – CONCLUSÃO**

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução da ML no período que terminou em 31 de março de 2021.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 1º trimestre de 2021 reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

Recomenda-se novamente à ML que passe a identificar nos relatórios de execução as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de “Rendimentos Operacionais” e de “Gastos Operacionais” que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 31 de março de 2021 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 5 de novembro de 2021.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva



**RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO**  
**ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.**  
**1.º TRIMESTRE 2021**

**Introdução**

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 1.º trimestre de 2021 do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do 1.º trimestre de 2021, tendo por base a informação financeira e de gestão com referência a 31 de março de 2021, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2021, na versão revista em março de 2021 e aprovada por Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade, em 2 de julho 2021 e o “Relatório Trimestral” preparado pela Entidade com referência ao 1.º trimestre de 2021 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 22 de julho de 2021.

**Responsabilidades**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

**Âmbito**

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
  - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
  - b) Análise do balancete com referência a 31 de março de 2021 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de 3 meses findo nessa data, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e
  - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



AC

## Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório referente ao 1.º trimestre de 2021 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço em 31 de março com os valores orçamentados para o final dos primeiros três meses de 2020 e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2020 para 2021 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos entendemos destacar o seguinte:

- O total do **Ativo** registou um desvio de -1,5% (-85,0 M€) face ao orçamentado, que se deveu fundamentalmente às seguintes situações:
  - Desvio desfavorável de 1,2% (65,9 M€) da rubrica *Investimentos de infraestruturas de longa duração* (ILD) que se deveu, essencialmente, aos impactes das variações do “mark-to-market” dos derivados (-57,9 M€) e da realização de investimento inferior ao previsto (-10,8 M€). De salientar que, no 1.º trimestre não foi deduzido à conta a receber do Estado Português, o montante de 8,5 M€, relativo aos subsídios ao investimento (Fundo de Coesão) recebidos para financiamento dos ILD. Consequentemente, em 31 de março de 2021, as rubricas de *Investimentos de infraestruturas de longa duração*, no Ativo, e de *Outras variações no capital próprio* encontram-se sobreavaliadas naquele montante.
  - desvio de -10,4% (11,1 M€) na rubrica de *Ativos fixos tangíveis*, que se deveu à realização inferior ao previsto dos investimentos ML, com especial incidência no projeto de modernização das linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC) que não teve realização no 1.º trimestre;
  - desvio favorável de 30,3 M€ ocorrido na rubrica *Participações financeiras*, resultante da mensuração, através do método de equivalência patrimonial, da participação financeira do TREM, ACE (vide explicação no ponto seguinte).
  - desvio de -82,2% (-53,7 M€) na rubrica de *Outras contas a receber*, que se deveu mormente ao reconhecimento da perda por imparidade do valor residual do financiamento contraído pelo TREM, ACE, cujo pagamento, no montante de 50 M€, foi efetuado pelo ML na qualidade de fiador desse mesmo contrato de financiamento. Simultaneamente, o ML reverteu uma provisão - ajustada do valor contabilístico do material circulante de acordo com as políticas contabilísticas de depreciação do ML - reconhecida até então para cobrir as referidas responsabilidades, retomando assim a mensuração da participação financeira através do método da equivalência patrimonial, que no essencial, reflete o valor contabilístico do material circulante objeto de locação, de acordo com as políticas de depreciação do ML.



JK

- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de 2,6% (-39,8 M€), justificado pelo efeito conjugado entre o:
  - desvio desfavorável de 17,1 M€ na rubrica *Capital realizado*, devido a dotações de capital inferiores às previstas, em consequência da revisão pelo Estado das necessidades de financiamento;
  - desvio favorável de 14,0 M€, na rubrica *Outras variações no capital próprio*, que se deveu, em grande parte, à situação descrita no ponto relativo à rubrica de *ILD*, do Ativo, acima;
  - desvio desfavorável de 34,8 M€ na rubrica de Resultados transitados, que se deveu a um déficit de estimativa;
  - desvio desfavorável de 1,8 M€ verificado no resultado líquido do período, cujos componentes são analisados na alínea seguinte.
- O total do **Passivo** registou um desvio favorável de 1,1% (-45,3 M€) face ao orçamentado, que se deveu essencialmente às seguintes situações:
  - desvio favorável de 1,3% (-39,7 M€) na rubrica *ILD* (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente), decorrente, fundamentalmente, em sentido positivo, da flutuação de taxas de juro repercutidas no Passivo não corrente em *ILD* (-52,7 M€), das provisões para processos judiciais em curso (-4,7 M€) e, em sentido negativo, dos financiamentos obtidos, decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e respetivas decisões do acionista (+4,0 M€), fornecedores de investimento *ILD* (+1,7 M€) e de acréscimos de juros a liquidar (+11,7 M€);
  - desvio favorável de 27,8% (-15,5 M€) na rubrica *Provisões* devido à reversão da provisão para as responsabilidades assumidas com o TREM, ACE, conforme detalhado no ponto relativo à rubrica *Outras contas a receber*, acima.

b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 1.º trimestre de 2021 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 31 de março desse ano com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2020 para 2021 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi de - 19,8 M€, o que equivale a um agravamento de 58,9% em relação ao do período homólogo do ano anterior (-12,5 M€) e apresenta um desvio desfavorável de 10,1% (-1,8 M€) face ao orçamentado (-18,0 M€).

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: i) desvio desfavorável de 20,4% na rubrica *Vendas e prestações de serviços* (-2,5 M€), devido essencialmente à diminuição das receitas tarifárias em cerca de 13,0% face ao orçamentado, ii) de desvio desfavorável de 50,0% na rubrica *Subsídios à exploração* (-3,4 M€) devido ao não recebimento do subsídio “PART Variável”; iii) desvio favorável de 35,8% na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* (4,1 M€), em consequência do abrandamento da atividade





operacional; **iv)** desvio desfavorável de 3,0% na rubrica *Gastos com o pessoal* (+0,6 M€), decorrente da integração dos quadros da Ferconsult no ML, assim como do efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021 e das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor; **v)** desvio favorável de 8,2% na rubrica *Aumentos/reduções de justo valor* (0,5 M€), resultante de uma estimativa pessimista considerada no orçamento e que não veio a ser confirmada na realidade; **vi)** desvios favoráveis nas rubricas *Outros rendimentos e ganhos* e *Outros gastos e perdas*, de 47,6% (+0,2 M€) e -30,2% (-0,1M€), respetivamente; **vii)** desvio favorável de 4,8% na rubrica *Juros suportados* (-0,3 M€) e **viii)** desvio desfavorável de 3,3% na rubrica *Gastos / reversões de depreciação e de amortização* (+0,1 M€).

Quanto à comparação com o período homólogo do ano anterior, destacamos em sentido negativo, a redução de 17,3 M€ verificado na rubrica '*Vendas e prestações de serviços*', decorrente essencialmente da diminuição da procura motivada pela pandemia COVID-19 e conseqüente decréscimo das receitas tarifárias, e o incremento dos Gastos com Pessoal de 1,0 M€. Em sentido inverso, salienta-se o aumento da rubrica *Aumentos/reduções de justo valor* no montante de 6,6 M€, o aumento dos subsídios à exploração em 3,4 M€, e o decréscimo das seguintes rubricas de custo: **i)** *Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas* (-0,3 M€); **ii)** *Fornecimentos e serviços externos* (-0,5 M€), *Outros gastos e perdas* (0,1 M€) e *Gastos / reversões de depreciação e de amortização* (-0,1 M€).

- 7. Recomenda-se, uma vez mais**, que o ML, na parte 2.2. do Relatório Trimestral identifique as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de "Rendimentos Operacionais" e de "Gastos Operacionais" que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.

#### **Restrições na distribuição e uso**

- 8.** Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 23 de setembro de 2021

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)